

**Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.**

**Divulgação dos Resultados Consolidados**

4T11 e 2011



**OHL  
Brasil**

**174,3 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS (+3,6%), REC. LÍQUIDA DE R\$ 777,7 MILHÕES (+33,1%), EBITDA AJUSTADO DE R\$ 303,5 MILHÕES (+13,7%) E LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 104,7 MILHÕES (+34,2%)**

**AGENDA DE DIVULGAÇÃO**
**TELECONFERÊNCIA**

**EM PORTUGUÊS**

Segunda-feira (26/03/2012)  
10:00 (São Paulo)  
09:00 (US Eastern Time)  
Tel.: +55 (11) 4688-6361  
Código: OHL  
Replay: Entre 26/03 e 01/04  
Fone: +55 (11) 4688-6312  
Código: 1265526

**EM INGLÊS**

Segunda-feira (26/03/2012)  
12:00 (São Paulo)  
11:00 (US Eastern Time)  
Tel.: +55 (11) 4688-6361  
Código: OHL  
Replay: Entre 26/03 e 01/04  
Fone: +55 (11) 4688-6312  
Código: 4818042

**WEBCAST**

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet através do link

<http://webcall.rweb.com.br/ohlbrasil>

e ficará disponível no site da Companhia após o evento.

**São Paulo, 22 de março de 2012** – Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. – OHL Brasil (Novo Mercado da BM&FBovespa: OHLB3) anuncia seu resultado do 4T11, período encerrado em 31 de dezembro de 2011. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em base consolidada e em Reais, de acordo com a Legislação Societária.

**DESTAQUES 4T11**

- **Tráfego Pedagiado:** O volume de tráfego pedagiado das concessionárias estaduais e federais apresentou crescimento de 3,6% no 4T11 quando comparado ao 4T10, passando de 168,2 milhões para 174,3 milhões de veículos equivalentes. O principal fator que influenciou o aumento foi a implantação da cobrança bidirecional em quatro praças de pedágio da concessionária estadual Centrovias.
- **Receita Líquida:** A receita líquida alcançou o montante de R\$ 777,7 milhões, com crescimento de R\$ 193,2 milhões (+33,1%) em comparação ao 4T10. Esse crescimento foi gerado, basicamente: (i) pelo reajuste contratual das tarifas de pedágio (+9,7%) das concessionárias estaduais, em vigor desde 1º de julho de 2011; (ii) pela evolução do tráfego pedagiado no período (4T11 vs. 4T10); e (iii) pelo aumento da receita de construção.
- **EBITDA Ajustado:** O EBITDA Ajustado atingiu o montante de R\$ 303,5 milhões no 4T11, com margem de 39,0%.
- **Lucro Líquido:** O lucro líquido alcançou R\$ 104,7 milhões, 34,2% superior ao registrado no 4T10.
- **Endividamento:** A dívida líquida totalizou R\$ 1,8 bilhão no 4T11, com aumento de 11,5% frente ao 3T11. O nível de endividamento líquido é reflexo do cumprimento dos programas de investimentos das concessionárias federais. O grau de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últ. 12 meses), ficou em 1,6x.
- **Investimentos:** Foram desembolsados R\$ 337,7 milhões com investimentos em ativos intangíveis e imobilizados e manutenção de rodovias no 4T11, sendo que 87,1% dos recursos foram aplicados nos projetos das concessionárias federais. Nos últimos 12 meses, os desembolsos totalizaram R\$ 1,0 bilhão.



Indicadores Financeiros	4T11	3T11	4T10	Var. 4T11/3T11	Var. 4T11/4T10
Veículos equivalentes (Mil)	174.303	171.138	168.172	1,8%	3,6%
Receita de pedágio (R\$ Mil)	504.062	506.535	443.857	-0,5%	13,6%
Receita líquida (R\$ Mil)	777.746	737.282	584.549	5,5%	33,1%
EBITDA (R\$ Mil)	267.619	295.455	209.289	-9,4%	27,9%
EBITDA Ajustado (R\$ Mil) <sup>1</sup>	303.516	338.871	266.870	-10,4%	13,7%
Lucro líquido (R\$ Mil)	104.729	138.421	78.043	-24,3%	34,2%
Margem EBITDA	34,4%	40,1%	35,8%	-5,7 p.p.	-1,4 p.p.
Margem EBITDA ajustado	39,0%	46,0%	45,7%	-7,0 p.p.	-6,7 p.p.
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	1.398.451	1.386.448	1.086.781	0,9%	28,7%
Ativos totais (R\$ Mil)	5.550.279	5.348.362	4.821.477	3,8%	15,1%
Dívida bruta / Capitalização total <sup>2</sup>	68,9%	68,1%	72,0%	0,8 p.p.	-3,1 p.p.
Dívida líquida / EBITDA ajustado excl. ônus fixo <sup>3</sup>	1,6	1,5	1,6	0,1	-

<sup>1</sup> Considera ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias

<sup>2</sup> Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta

<sup>3</sup> EBITDA Ajustado acumulado nos últimos 12 meses

**BM&FBovespa: OHLB3**  
**Bloomberg: OHLB3 BZ**  
**Thomson Reuters: OHLB3.BR**

**Atualização em 21/03/2012**  
**Preço Fech.: R\$ 75,60 por ação**  
**Valor de Mercado: R\$ 5,2 bilhões**

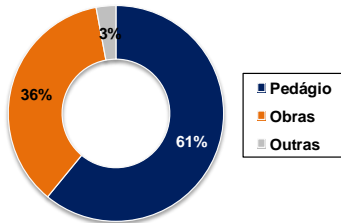
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS**

(Em milhares de reais)

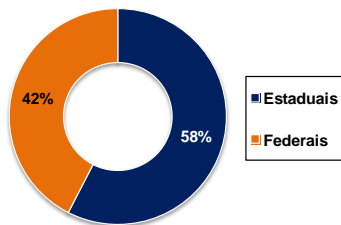
	4T11	3T11	4T10	Var% 4T11/3T11	Var% 4T11/4T10	2011	2010	Var% 2011/2010
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>827.692</b>	<b>787.472</b>	<b>627.534</b>	<b>5,1%</b>	<b>31,9%</b>	<b>2.899.626</b>	<b>2.342.622</b>	<b>23,8%</b>
Receitas de pedágio	504.062	506.535	443.857	-0,5%	13,6%	1.898.802	1.631.185	16,4%
<b>Estaduais</b>	<b>290.022</b>	<b>299.398</b>	<b>256.732</b>	<b>-3,1%</b>	<b>13,0%</b>	<b>1.080.930</b>	<b>971.562</b>	<b>11,3%</b>
Autovias	71.296	73.857	64.148	-3,5%	11,1%	268.494	243.855	10,1%
Centrovias	73.131	74.534	63.775	-1,9%	14,7%	269.464	238.606	12,9%
Intervias	80.064	83.971	71.326	-4,7%	12,3%	300.062	272.631	10,1%
Vianorte	65.531	67.036	57.483	-2,2%	14,0%	242.910	216.470	12,2%
<b>Federais</b>	<b>214.040</b>	<b>207.137</b>	<b>187.125</b>	<b>3,3%</b>	<b>14,4%</b>	<b>817.872</b>	<b>659.623</b>	<b>24,0%</b>
Planalto Sul	22.146	21.125	20.393	4,8%	8,6%	86.905	77.603	12,0%
Fluminense	33.879	33.369	31.709	1,5%	6,8%	130.149	112.701	15,5%
Fernão Dias	52.430	51.526	42.904	1,8%	22,2%	199.693	134.928	48,0%
Régis Bittencourt	63.695	61.561	54.761	3,5%	16,3%	244.472	204.238	19,7%
Litoral Sul	41.890	39.556	37.358	5,9%	12,1%	156.653	130.153	20,4%
Outras receitas	24.341	24.661	25.092	-1,3%	-3,0%	104.591	93.610	11,7%
Receitas de obras	299.289	256.277	158.585	16,8%	88,7%	896.233	617.827	45,1%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(49.946)</b>	<b>(50.191)</b>	<b>(42.985)</b>	<b>-0,5%</b>	<b>16,2%</b>	<b>(187.506)</b>	<b>(158.094)</b>	<b>18,6%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>777.746</b>	<b>737.282</b>	<b>584.549</b>	<b>5,5%</b>	<b>33,1%</b>	<b>2.712.120</b>	<b>2.184.529</b>	<b>24,2%</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>(510.127)</b>	<b>(441.827)</b>	<b>(375.261)</b>	<b>15,5%</b>	<b>35,9%</b>	<b>(1.699.993)</b>	<b>(1.350.320)</b>	<b>25,9%</b>
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(137.293)	(110.624)	(124.982)	24,1%	9,9%	(487.216)	(460.112)	5,9%
Custo dos serv. de construção	(299.289)	(256.277)	(158.585)	16,8%	88,7%	(896.233)	(617.827)	45,1%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(40.008)	(28.591)	(31.950)	39,9%	25,2%	(131.851)	(116.771)	12,9%
Remuneração da administração	(2.835)	(3.307)	(3.738)	-14,3%	-24,2%	(12.443)	(12.526)	-0,7%
Despesas tributárias	(831)	(719)	(289)	15,6%	187,5%	(2.747)	(2.199)	24,9%
Provisão para manutenção em rodovias	(35.897)	(43.416)	(57.581)	-17,3%	-37,7%	(183.125)	(146.085)	25,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	6.026	1.107	1.865	444,4%	223,2%	13.622	5.200	162,0%
<b>EBITDA</b>	<b>267.619</b>	<b>295.455</b>	<b>209.289</b>	<b>-9,4%</b>	<b>27,9%</b>	<b>1.012.127</b>	<b>834.209</b>	<b>21,3%</b>
Margem EBITDA	34,4%	40,1%	35,8%			37,3%	38,2%	
<b>DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES</b>	<b>(54.644)</b>	<b>(50.856)</b>	<b>(49.270)</b>	<b>7,4%</b>	<b>10,9%</b>	<b>(203.972)</b>	<b>(181.460)</b>	<b>12,4%</b>
Depreciações e amortizações	(54.644)	(50.856)	(49.270)	7,4%	10,9%	(203.972)	(175.359)	16,3%
Amortização do ágio em investimentos	-	-	-	-	-	-	(6.101)	-
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(56.046)</b>	<b>(38.900)</b>	<b>(61.088)</b>	<b>44,1%</b>	<b>-8,3%</b>	<b>(207.209)</b>	<b>(217.898)</b>	<b>-4,9%</b>
Receitas financeiras	32.496	47.568	30.681	-31,7%	5,9%	156.510	92.647	68,9%
Despesas financeiras	(88.963)	(85.975)	(91.768)	3,5%	-3,1%	(363.658)	(310.577)	17,1%
Variação cambial, líq.	421	(493)	-			(61)	32	
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>156.929</b>	<b>205.699</b>	<b>98.931</b>	<b>-23,7%</b>	<b>58,6%</b>	<b>600.946</b>	<b>434.851</b>	<b>38,2%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(52.200)</b>	<b>(67.278)</b>	<b>(20.889)</b>	<b>-22,4%</b>	<b>149,9%</b>	<b>(196.550)</b>	<b>(130.602)</b>	<b>50,5%</b>
Corrente	(49.751)	(63.760)	(39.657)	-22,0%	25,5%	(191.254)	(147.243)	29,9%
Diferido	(2.449)	(3.518)	18.768	-30,4%	-113,0%	(5.296)	16.641	-131,8%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>104.729</b>	<b>138.421</b>	<b>78.043</b>	<b>-24,3%</b>	<b>34,2%</b>	<b>404.396</b>	<b>304.249</b>	<b>32,9%</b>

## Desempenho Econômico-Financeiro

Composição da Receita Bruta  
4T11



Composição da Receita de Pedágio  
4T11



### Receita Bruta de Serviços

No 4T11, a receita bruta totalizou R\$ 827,7 milhões, acréscimo de 31,9% em relação aos R\$ 627,5 milhões apurados no 4T10. Esse total é composto por receitas de pedágio, receita de obras e outras receitas (acessórias, conservação e pavimentação de rodovias), respectivamente nos montantes de R\$ 504,1 milhões, R\$ 299,3 milhões e R\$ 24,3 milhões.

No exercício de 2011, a receita bruta consolidada atingiu o valor de R\$ 2,9 bilhões, apresentando crescimento de 23,8% em relação ao ano anterior

### Receita de Pedágio

As concessionárias estaduais foram responsáveis por 57,5% da arrecadação de pedágios, encerrando o 4T11 com R\$ 290,0 milhões (+13,0%), enquanto as concessionárias federais avançaram 14,4%, encerrando o trimestre com R\$ 214,0 milhões, crescendo sua participação na arrecadação de 42,2% no 4T10 para 42,5% no 4T11. A receita de pedágio consolidada cresceu no exercício de 4T11, em comparação ao 4T10, como resultado da evolução do tráfego pedagiado (+3,6%) e do aumento da tarifa média praticada (+9,6%), totalizando R\$ 504,1 milhões no trimestre, crescimento de 13,6% em relação ao mesmo período de 2010.

Em 2011 as concessionárias estaduais e federais arrecadaram, respectivamente, R\$ 1,1 bilhão (+11,3%) e R\$ 817,9 (+24,0%) milhões em receitas de pedágio, totalizando R\$ 1,9 bilhão em receita de pedágio consolidada, crescimento de 16,4% frente a 2010.

Tráfego Pedagiado: No 4T11, o tráfego pedagiado totalizou 174.303 mil veículos equivalentes, 3,6% superior quando comparado ao 4T10.

Veículos Equivalentes (Mil)	4T11	3T11	4T10	Var% 4T11/3T11	Var% 4T11/4T10	2011	2010	Var% 2011/2010
<b>Estaduais</b>	<b>46.747</b>	<b>48.374</b>	<b>43.369</b>	<b>-3,4%</b>	<b>7,8%</b>	<b>182.180</b>	<b>159.440</b>	<b>14,3%</b>
Autovias	10.919	11.326	10.805	-3,6%	1,1%	42.931	41.850	2,6%
Centrovias	12.364	12.616	9.741	-2,0%	26,9%	47.642	29.265	62,8%
Intervias	14.967	15.681	14.628	-4,6%	2,3%	58.534	56.859	2,9%
Vianorte	8.497	8.751	8.196	-2,9%	3,7%	33.073	31.466	5,1%
<b>Federais</b>	<b>127.556</b>	<b>122.764</b>	<b>124.804</b>	<b>3,9%</b>	<b>2,2%</b>	<b>487.193</b>	<b>437.044</b>	<b>11,5%</b>
Planalto Sul	7.079	6.815	6.969	3,9%	1,6%	27.969	26.697	4,8%
Fluminense	12.099	11.917	12.196	1,5%	-0,8%	46.778	43.492	7,6%
Fernão Dias	39.912	39.635	37.999	0,7%	5,0%	153.191	121.657	25,9%
Régis Bittencourt	37.435	36.142	36.507	3,6%	2,5%	143.705	136.159	5,5%
Litoral Sul	31.030	28.254	31.132	9,8%	-0,3%	115.550	109.039	6,0%
<b>Total</b>	<b>174.303</b>	<b>171.138</b>	<b>168.172</b>	<b>1,8%</b>	<b>3,6%</b>	<b>669.372</b>	<b>596.484</b>	<b>12,2%</b>

As receitas de pedágio no 4T11 foram impactadas pelos efeitos no tráfego pedagiado da cobrança em dois sentidos em 4 praças de pedágio da concessionária Centrovias (+26,9%), além da evolução do tráfego pedagiado em comparação ao 4T10 (+3,6%).

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) no 4T11 foi de 61,7% de veículos pesados e 38,3% de veículos leves nas concessões estaduais; e 74,3% de veículos pesados e 25,7% de veículos leves nas concessões federais.

Tarifa Média: Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:

Tarifa Média (R\$ / Veic. Equiv.)	4T11	3T11	4T10	Var% 4T11/3T11	Var% 4T11/4T10	2011	2010	Var% 2011/2010
<b>Estaduais</b>	<b>6,20</b>	<b>6,19</b>	<b>5,92</b>	<b>0,2%</b>	<b>4,8%</b>	<b>5,93</b>	<b>6,09</b>	<b>-2,6%</b>
Autovias	6,53	6,52	5,94	0,1%	10,0%	6,25	5,83	7,3%
Centrovias	5,91	5,91	6,55	0,1%	-9,7%	5,66	8,15	-30,6%
Intervias	5,35	5,35	4,88	-0,1%	9,7%	5,13	4,79	6,9%
Vianorte	7,71	7,66	7,01	0,7%	10,0%	7,34	6,88	6,8%
<b>Federais</b>	<b>1,68</b>	<b>1,69</b>	<b>1,50</b>	<b>-0,5%</b>	<b>11,9%</b>	<b>1,68</b>	<b>1,51</b>	<b>11,2%</b>
Planalto Sul	3,13	3,10	2,93	0,9%	6,9%	3,11	2,91	6,9%
Fluminense	2,80	2,80	2,60	0,0%	7,7%	2,78	2,59	7,4%
Fernão Dias	1,31	1,30	1,13	1,0%	16,3%	1,30	1,11	17,5%
Régis Bittencourt	1,70	1,70	1,50	-0,1%	13,4%	1,70	1,50	13,4%
Litoral Sul	1,35	1,40	1,20	-3,6%	12,5%	1,36	1,19	13,6%
<b>Total</b>	<b>2,89</b>	<b>2,96</b>	<b>2,64</b>	<b>-2,3%</b>	<b>9,6%</b>	<b>2,84</b>	<b>2,73</b>	<b>3,7%</b>

De acordo com o previsto nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio foram reajustadas seguindo os critérios dos contratos e de acordo com a variação acumulada do IGP-M, no caso das concessionárias estaduais e IPCA, no caso das concessionárias federais.

Os crescimentos das tarifas médias das concessionárias Autovias, Intervias e Vianorte são explicados pelo reajuste contratual ainda com base no IGP-M. O reajuste acontece sempre no primeiro dia do mês de julho de cada ano do contrato de concessão. Na concessionária Centrovias, apesar do reajuste contratual, a tarifa média apresentou redução de 9,7% em função da mudança na forma de cobrança de pedágio (bidirecional) para os dois sentidos em 4 praças, reduzindo em 50% a tarifa praticada em tais praças.

Já as concessionárias federais reajustam suas tarifas básicas de pedágio uma vez ao ano pela variação acumulada do IPCA, considerando o critério de arredondamento na primeira casa decimal. Os reajustes nas concessionárias Fluminense e Litoral Sul ocorrem sempre no mês de fevereiro, enquanto nas concessionárias Fernão Dias, Regis Bittencourt e Planalto Sul o mesmo acontece em dezembro. Em relação à queda de 3,6% na tarifa média da concessionária Litoral Sul, entre o 4T11 e o 3T11, a mesma sofreu redução em cumprimento à decisão da 2ª Vara Federal de Joinville, que determinou nova tarifa nas praças de pedágio de Garuva e Araquari, conforme anunciado em fato relevante pela Companhia em 04 de novembro de 2011.

No 4T11, a tarifa média geral registrou alta de 9,6% em função dos reajustes contratuais, mesmo considerando-se a queda expressiva da tarifa média da Centrovias (-9,7%).

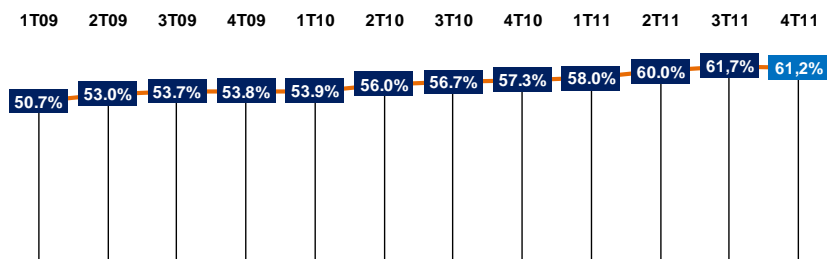
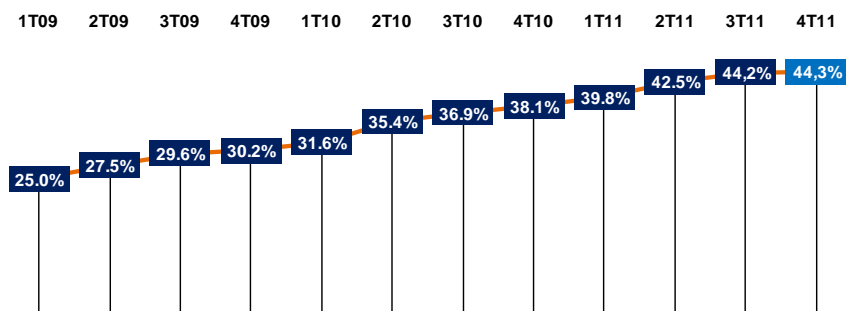
Em 2011, a tarifa média foi de R\$ 2,84, 3,7% superior ao ano anterior.

#### Eventos Subsequentes: Alteração do Indexador de Tarifa nas Concessões Estaduais

Em janeiro de 2012 foi oficializada pela ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo) a alteração do indexador para reajuste das tarifas de pedágio. O IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) foi substituído pelo IPCA (Índice Preços ao Consumidor Amplo) como base para os reajustes das tarifas de pedágio das concessionárias estaduais.

Devido às diferenças entre o IGP-M e o IPCA, a apuração de possível desequilíbrio econômico-financeiro será no mês de julho de cada ano (desequilíbrio anual), considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio. O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), podendo tal periodicidade ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano.

**Meios Eletrônicos:** A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 61,2% no 4T11, contra 57,3% no 4T10. Nas concessionárias federais, o percentual médio de receita com cobrança eletrônica foi de 44,3% no trimestre contra 38,1% no 4T10. Abaixo, gráfico com a evolução trimestral da receita por meios eletrônicos desde primeiro trimestre de 2009:

**AVI Estaduais**

**AVI Federais**


### Receita de Obras

No 4T11, a receita de obras cresceu 88,7% em relação ao ano passado, passando de R\$ 158,6 milhões para R\$ 299,3 milhões sendo que 98,5% dessas obras foram realizadas nas concessionárias federais em razão da maior quantidade de investimentos vinculados aos contratos de concessão ainda em período inicial.

Em 2011 a receita de obras foi de R\$ 896,2 milhões, 45,1% superior ao valor apresentado no mesmo trimestre do ano anterior, sendo 96,4% proveniente das concessionárias federais.

### Outras Receitas

As receitas oriundas da exploração da faixa de domínio pelas concessionárias, bem como as receitas provenientes da conservação e pavimentação das rodovias pelas construtoras do grupo OHL regrediram 3,0% no 4T11, totalizando R\$ 24,3 milhões, frente os R\$ 25,1 milhões apresentados no 4T10, devido à natureza variável de tais receitas.

As concessionárias obtiveram R\$ 4,6 milhões de receitas com exploração da faixa de domínio de rodovias, com um crescimento de 83,6% frente ao 4T10. As receitas de conservação e pavimentação das sociedades construtoras foram R\$ 19,7 milhões, sendo 12,7% menor que no 4T10.

Em 2011, a companhia apurou como “outras receitas” o total de R\$ 104,6 milhões, representando variação positiva de 11,7% em relação ao ano de 2010.

### Receita Líquida de Serviços e Deduções da Receita

No 4T11, a Companhia obteve receita líquida de serviços no valor de R\$ 777,7 milhões, apresentando crescimento de 33,1% em comparação aos R\$ 584,5 milhões registrados no mesmo período do ano anterior. Na comparação anual, 2011 apresentou R\$ 2,7 bilhões de receita líquida, valor 24,2% superior aos R\$ 2,2 bilhões apresentados em 2010.

As deduções da receita, compostas principalmente por tributos como ISS, PIS e COFINS, acompanharam em parte a evolução da receita de pedágios e encerraram o trimestre com R\$ 49,9 milhões, crescendo 16,6% em relação aos R\$ 42,9 milhões do 4T10.

Já no ano, as deduções totalizaram R\$ 187,5 milhões, superior 18,6% em relação ao ano de 2010. Os tributos são calculados sobre a receita de pedágios com base nas seguintes alíquotas: PIS (0,65%), COFINS (3,0%) e ISS (5,0%).

### EBITDA e EBITDA Ajustado

O resultado operacional medido pelo EBITDA atingiu o montante de R\$ 267,6 milhões no 4T11, apresentando variação positiva de 27,9% quando comparado ao ano anterior. A margem EBITDA, por sua vez regrediu 1,4 ponto percentual, saindo de 35,8% no 4T10 para 34,4% no 4T11.

No ano houve crescimento de 21,3% no EBITDA, de R\$ 834,2 milhões em 2010 para R\$ 1,0 bilhão em 2011.

Já o resultado operacional medido pelo EBITDA Ajustado, que considera a reversão da provisão para manutenção de rodovias, atingiu o total de R\$ 303,5 milhões no 4T11, apresentando variação positiva de 13,7% quando comparado ao 4T10 e margem de 39,0%.

Em 2011, o EBITDA Ajustado cresceu 21,9%, totalizando R\$ 1,2 bilhão, com margem de 44,1%, redução de 0,8 ponto percentual em relação a 2010.

**É importante ressaltar que a partir de 01 de outubro de 2011 a Companhia passou a desconsiderar para o cálculo do EBITDA Ajustado a reversão dos EBITDAs das construtoras, uma vez que esse ajuste não é refletido nos valores referentes aos Investimentos da Companhia.**

EBITDA								
(Em milhares de reais)								
	4T11	3T11	4T10	Var. 4T11/3T11	Var. 4T11/4T10	2011	2010	Var. 2011/2010
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>777.746</b>	<b>737.282</b>	<b>584.549</b>	<b>5,5%</b>	<b>33,1%</b>	<b>2.712.120</b>	<b>2.184.529</b>	<b>24,2%</b>
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(510.127)	(441.827)	(375.261)	15,5%	35,9%	(1.699.993)	(1.350.320)	25,9%
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>267.619</b>	<b>295.455</b>	<b>209.289</b>	<b>-9,4%</b>	<b>27,9%</b>	<b>1.012.127</b>	<b>834.209</b>	<b>21,3%</b>
Margem EBITDA	34,4%	40,1%	35,8%	-5,7 p.p.	-1,4 p.p.	37,3%	38,2%	-0,9 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	35.897	43.416	57.581	-17,3%	-37,7%	183.125	146.085	25,4%
<b>EBITDA Ajustado <sup>2</sup></b>	<b>303.516</b>	<b>338.871</b>	<b>266.870</b>	<b>-10,4%</b>	<b>13,7%</b>	<b>1.195.252</b>	<b>980.294</b>	<b>21,9%</b>
Margem EBITDA	39,0%	46,0%	45,7%	-7,0 p.p.	-6,7 p.p.	44,1%	44,9%	-0,8 p.p.

<sup>1</sup> EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

<sup>2</sup> Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01).

Seguem abaixo tabelas com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas do Grupo para o 4T11 e 2011:

#### 4T11

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas*			EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustado
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A + B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A + B)				
Autovias	65.653	2.374	68.027	(21.402)	(2.374)	(23.776)	44.251	6.776	51.027	75,0%
Centrovias	67.385	(1.275)	66.110	(21.396)	1.275	(20.122)	45.989	7.102	53.090	80,3%
Intervias	73.946	1.557	75.503	(26.588)	(1.557)	(28.145)	47.359	9.113	56.472	74,8%
Vianorte	60.076	1.867	61.943	(17.061)	(1.867)	(18.928)	43.015	5.755	48.770	78,7%
<b>Estaduais</b>	<b>267.060</b>	<b>4.524</b>	<b>271.583</b>	<b>(86.447)</b>	<b>(4.524)</b>	<b>(90.970)</b>	<b>180.613</b>	<b>28.746</b>	<b>209.359</b>	<b>77,1%</b>
Planalto Sul	19.889	49.159	69.048	(13.845)	(49.159)	(63.004)	6.044	1.006	7.050	10,2%
Fluminense	30.617	30.172	60.789	(16.628)	(30.172)	(46.800)	13.989	1.064	15.053	24,8%
Fernão Dias	47.944	67.979	115.923	(28.162)	(67.979)	(96.141)	19.782	1.875	21.657	18,7%
Régis Bittencourt	58.313	82.211	140.524	(25.631)	(82.211)	(107.842)	32.682	1.682	34.364	24,5%
Litoral Sul	39.544	65.245	104.789	(21.914)	(65.245)	(87.159)	17.630	1.524	19.154	18,3%
<b>Federais</b>	<b>196.307</b>	<b>294.766</b>	<b>491.072</b>	<b>(106.180)</b>	<b>(294.766)</b>	<b>(400.946)</b>	<b>90.126</b>	<b>7.151</b>	<b>97.277</b>	<b>19,8%</b>
<b>Total Concessionárias</b>	<b>463.366</b>	<b>299.289</b>	<b>762.656</b>	<b>(192.627)</b>	<b>(299.289)</b>	<b>(491.916)</b>	<b>270.740</b>	<b>35.897</b>	<b>306.636</b>	<b>40,2%</b>
OHL Holding	-	-	-	(8.439)	-	(8.439)	(8.439)	-	(8.439)	-
Construtoras	-	102.140	102.140	-	(96.821)	(96.821)	5.319	-	5.319	-
Outras sociedades e eliminações p/ consolidação	-	(87.050)	(87.050)	-	87.050	87.050	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>463.366</b>	<b>314.380</b>	<b>777.746</b>	<b>(201.066)</b>	<b>(309.061)</b>	<b>(510.127)</b>	<b>267.619</b>	<b>35.897</b>	<b>303.516</b>	<b>39,0%</b>
<b>Total Consolidado</b>	<b>463.366</b>	<b>314.380</b>	<b>777.746</b>	<b>(201.066)</b>	<b>(309.061)</b>	<b>(510.127)</b>	<b>267.619</b>	<b>35.897</b>	<b>303.516</b>	<b>39,0%</b>

\* Exclui depreciação e amortização.

#### 2011

Sociedades do Grupo (R\$ mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas*			EBITDA	Provisão p/ Manut. De Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustado
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A+B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A+B)				
Autovias	247.040	5.096	252.136	(91.689)	(5.096)	(96.785)	155.351	37.757	193.108	76,6%
Centrovias	248.513	5.966	254.479	(88.110)	(5.966)	(94.075)	160.404	33.494	193.898	76,2%
Intervias	277.386	13.973	291.359	(105.413)	(13.973)	(119.386)	171.973	43.510	215.483	74,0%
Vianorte	223.140	7.507	230.647	(84.362)	(7.507)	(91.869)	138.778	38.808	177.586	77,0%
<b>Estaduais</b>	<b>996.079</b>	<b>32.542</b>	<b>1.028.621</b>	<b>(369.574)</b>	<b>(32.542)</b>	<b>(402.115)</b>	<b>626.506</b>	<b>153.569</b>	<b>780.074</b>	<b>75,8%</b>
Planalto Sul	78.131	121.940	200.071	(50.295)	(121.940)	(172.235)	27.836	4.160	31.996	16,0%
Fluminense	117.751	97.155	214.906	(60.970)	(97.155)	(158.126)	56.781	4.397	61.178	28,5%
Fernão Dias	182.605	209.365	391.970	(109.149)	(209.365)	(318.514)	73.456	7.759	81.215	20,7%
Régis Bittencourt	223.432	266.507	489.939	(97.503)	(266.507)	(364.009)	125.930	6.955	132.885	27,1%
Litoral Sul	144.337	168.725	313.062	(84.039)	(168.725)	(252.763)	60.299	6.285	66.584	21,3%
<b>Federais</b>	<b>746.256</b>	<b>863.691</b>	<b>1.609.947</b>	<b>(401.955)</b>	<b>(863.691)</b>	<b>(1.265.647)</b>	<b>344.301</b>	<b>29.556</b>	<b>373.857</b>	<b>23,2%</b>
<b>Total Concessionárias</b>	<b>1.742.335</b>	<b>896.233</b>	<b>2.638.568</b>	<b>(771.529)</b>	<b>(896.233)</b>	<b>(1.667.762)</b>	<b>970.806</b>	<b>183.125</b>	<b>1.153.931</b>	<b>43,7%</b>
OHL Holding	-	-	-	(14.788)	-	(14.788)	(14.788)	-	(14.788)	-
Construtoras	-	379.917	379.917	-	(323.808)	(323.808)	56.109	-	56.109	14,8%
Outras Sociedades e eliminações p/ consolidação	-	(306.365)	(306.365)	-	306.365	306.365	-	-	-	0,0%
<b>Total Consolidado</b>	<b>1.742.335</b>	<b>969.785</b>	<b>2.712.120</b>	<b>(786.317)</b>	<b>(913.676)</b>	<b>(1.699.993)</b>	<b>1.012.127</b>	<b>183.125</b>	<b>1.195.252</b>	<b>44,1%</b>

\* Exclui depreciação e amortização.

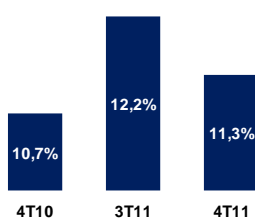
## Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T11	3T11	4T10	Var% 4T11/3T11	Var% 4T11/4T10	2011	2010	Var% 2011/2010
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>32.496</b>	<b>47.568</b>	<b>30.681</b>	<b>-31,7%</b>	<b>5,9%</b>	<b>156.510</b>	<b>92.647</b>	<b>68,9%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(88.963)</b>	<b>(85.975)</b>	<b>(91.768)</b>	<b>3,5%</b>	<b>-3,1%</b>	<b>(363.658)</b>	<b>(310.577)</b>	<b>17,1%</b>
Encargos financeiros	(78.092)	(75.222)	(72.105)	3,8%	8,3%	(313.583)	(236.154)	32,8%
Atualização monetária do ônus fixo	(6.936)	(7.566)	(14.957)	-8,3%	-53,6%	(34.683)	(55.149)	-37,1%
Outras despesas	(3.935)	(3.187)	(4.706)	23,5%	-16,4%	(15.392)	(19.274)	-20,1%
<i>Variação Cambial Líquida</i>	421	(493)	-	-185,4%	-	(61)	32	-290,6%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(56.046)</b>	<b>(38.900)</b>	<b>(61.088)</b>	<b>44,1%</b>	<b>-8,3%</b>	<b>(207.209)</b>	<b>(217.898)</b>	<b>-4,9%</b>

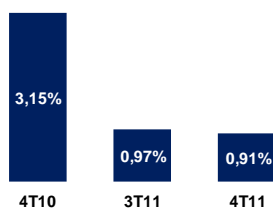
No 4T11, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 56,0 milhões frente a um resultado negativo de R\$ 38,9 milhões registrado no 3T11, um aumento de 44,1% no comparativo trimestral. Em 2011 observou-se redução de 4,9% em relação a 2010, de R\$ 217,9 milhões negativos para R\$ 207,2 milhões negativos.

Entre os principais fatores que causaram a variação deste resultado entre o 3T11 e o 4T11, destacam-se: (i) redução da remuneração das aplicações financeiras em função da redução da taxa de juros (CDI médio) no 4T11 (11,3%) em relação ao 3T11 (12,2%) e (ii) redução das receitas financeiras por conta da diminuição nos juros capitalizados, em função da conclusão de obras que se encontravam em andamento.

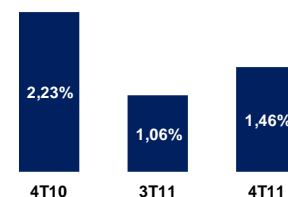
Taxa DI (média trimestral)



IGP-M (trimestral)



IPCA (trimestral)



## Lucro Líquido

No 4T11, o lucro líquido foi de R\$ 104,7 milhões, 34,2% superior aos R\$ 78,0 milhões apresentados no 4T10. O principal motivo do aumento de aproximadamente R\$ 26,7 milhões no Resultado Líquido deveu-se fundamentalmente ao crescimento do Resultado Operacional das concessionárias.

Em 2011, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 404,4 milhões, 32,9% superior ao observado no ano de 2010 de R\$ 304,2 milhões.

## Dividendos Adicionais

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição, no mínimo, de dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Nos últimos exercícios sociais, a Companhia pagou integralmente os dividendos obrigatórios (25%). A proposta da Companhia para o resultado do exercício de 2011 é a distribuição, através de dividendos, de 52,63% do lucro líquido referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, após a constituição da reserva legal, no total de R\$195,2 milhões. Como a Companhia já distribuiu, em 1º de dezembro de 2011, dividendos intermediários no valor de R\$74,9 milhões, o valor líquido a ser distribuído, conforme a deliberado na Assembleia, será de R\$120,3 milhões.

A Administração propõe o aumento excepcional da distribuição do mínimo obrigatório de 25% para 52,63% referente ao lucro líquido do exercício social de 2011 em função da disponibilidade de caixa da Companhia e da expectativa limitada de novas oportunidades de negócios no curto prazo.

## Endividamento

Em 31 de dezembro de 2011, a dívida líquida consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures menos disponibilidades e aplicações financeiras) da Companhia totalizava R\$ 1,8 bilhão, apresentando crescimento de R\$ 186,0 milhões ou 11,5% em relação a 3T11.

Endividamento (Em milhares de reais)	4T11	3T11	4T10	Var% 4T11/3T11	Var% 4T11/4T10
<b>Dívida Bruta</b>	<b>3.098.442</b>	<b>2.962.623</b>	<b>2.788.542</b>	<b>4,6%</b>	<b>11,1%</b>
Curto Prazo	426.332	552.017	1.234.363	-22,8%	-65,5%
Longo Prazo	2.672.110	2.410.606	1.554.179	10,8%	71,9%
Caixa e equivalentes de caixa	1.178.454	1.250.731	1.168.288	-5,8%	0,9%
Aplicações financeiras vinculadas <sup>1</sup>	123.169	101.072	97.176	21,9%	26,7%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.796.819</b>	<b>1.610.820</b>	<b>1.523.078</b>	<b>11,5%</b>	<b>18,0%</b>

<sup>1</sup> Curto e Longo Prazo

Este aumento de R\$ 186,0 milhões deveu-se, principalmente, aos seguintes movimentos realizados em 2011:

- Aumento de R\$ 50,2 milhões referente a redução das disponibilidades de caixa, e aplicações financeiras vinculadas;
- Aumento de R\$ 215,2 milhões em razão dos desembolsos relativos aos empréstimos de longo prazo concedidos pelo BNDES para o programa de investimentos das Concessionárias Federais;
- Redução de R\$ 84,3 milhões referente a amortização do principal das debêntures emitidas em 2010 pelas quatro concessionárias estaduais;
- Aumento de R\$ 4,9 milhões em função de juros apropriados e outras movimentações de juros e principal.

Empréstimos BNDES: Desde a vitória no leilão de rodovias federais em 2007, a Companhia conta com recursos na modalidade de empréstimos ponte e de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das 5 concessionárias federais.

Ao longo de 2011 o BNDES aprovou a concessão de colaboração financeira de longo prazo às concessionárias: Autopista Planalto Sul, Autopista Fernão Dias, Autopista Litoral Sul e Autopista Fluminense. A aprovação referente à Autopista Régis Bittencourt já havia sido concedida em outubro de 2010. Dessa forma, todas as concessionárias federais já obtiveram aprovação para suas linhas de financiamento de longo prazo. Vale destacar que as linhas de financiamento de longo prazo para financiar os investimentos das concessões federais, aprovadas pelo BNDES, contribuíram para o alongamento do perfil da dívida da Companhia.

Segue quadro com as condições dos empréstimos de longo prazo concedidos pelo BNDES, totalizando R\$ 3,7 bilhões:

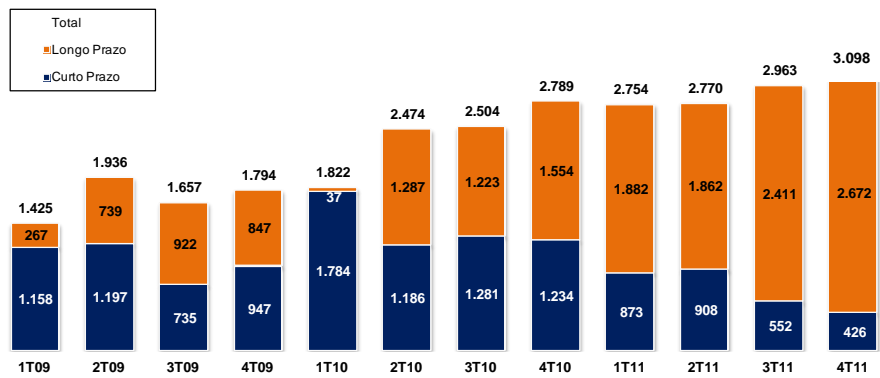
Concessionárias	Valor (R\$ Mil)	Prazo de Amortização	Prazo de Carência	Custo
<b>Autopista Planalto Sul</b>				
Subcrédito A	184.057	144 meses	18 meses	TJLP + 2,58% a.a.
Subcrédito B	90.007	138 meses	Até 15/06/14	TJLP + 2,58% a.a.
Subcrédito C	57.280	120 meses	Até 15/12/15	TJLP + 2,58% a.a.
<b>Total</b>	<b>331.344</b>			
<b>Autopista Fernão Dias</b>				
Subcrédito A	493.382	144 meses	Até 15/06/12	TJLP + 2,21% a.a.
Subcrédito B	159.300	138 meses	Até 15/12/13	TJLP + 2,21% a.a.
Subcrédito C	50.072	123 meses	Até 15/12/15	TJLP + 2,21% a.a.
<b>Total</b>	<b>702.754</b>			
<b>Autopista Régis Bittencourt</b>				
Subcrédito A	446.395	144 meses	12 meses	TJLP + 2,21% a.a.
Subcrédito B	623.100	126 meses	Até 15/06/14	TJLP + 2,21% a.a.
<b>Total</b>	<b>1.069.495</b>			
<b>Autopista Litoral Sul</b>				
Subcrédito A	508.122	144 meses	Até 15/04/13	TJLP + 2,32% a.a.
Subcrédito B	297.964	120 meses	Até 15/06/16	TJLP + 2,32% a.a.
Subcrédito C <sup>1</sup>	4.051	120 meses	Até 15/06/16	TJLP
<b>Total</b>	<b>810.137</b>			
<b>Autopista Fluminense</b>				
Subcrédito A	403.712	144 meses	Até 15/12/12	TJLP + 2,45% a.a.
Subcrédito B	373.204	125 meses	Até 15/06/16	TJLP + 2,45% a.a.
Subcrédito C <sup>1</sup>	3.903	125 meses	Até 15/06/16	TJLP
<b>Total</b>	<b>780.819</b>			

<sup>1</sup>Recursos destinados a investimentos sociais.

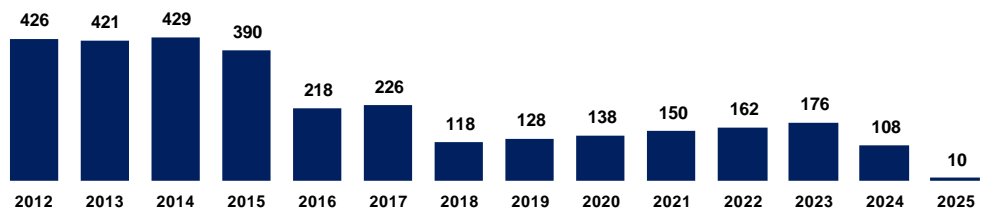
Até 31 de dezembro de 2011 foram desembolsados R\$ 1,4 bilhão referentes a empréstimos do BNDES.

A seguir maiores detalhes sobre as características do endividamento da Companhia:

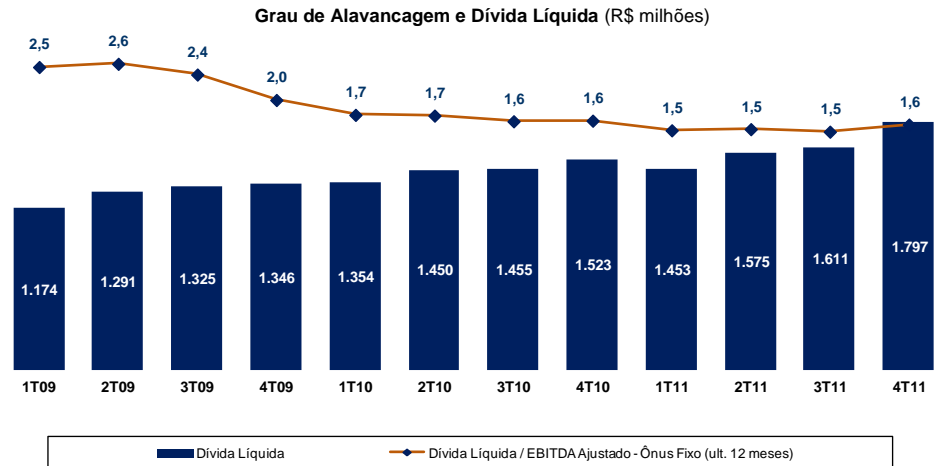
Evolução do Endividamento Bruto (R\$ milhões)



Cronograma de Amortização da Dívida (R\$ milhões)

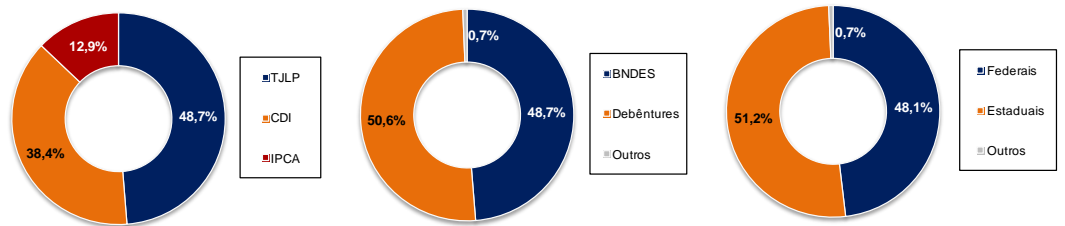


A dívida líquida no final de 4T11 representava 1,6 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos últimos 12 meses.



Ao final do 4T11, a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 3,1 bilhões, sendo que deste montante 48,7% correspondia a contratos indexados pela TJLP, e 38,4% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 12,9% a contratos atrelados ao IPCA.

**Perfil da Dívida Bruta (%)**



Endividamento Bruto (Em milhares de reais)	4T11	3T11	4T10	Var% 4T11/3T11	Var% 4T11/4T10
<b>Indexador</b>					
TJLP	1.509.935	1.315.517	961.874	14,8%	57,0%
CDI	1.196.027	1.268.841	1.463.260	-5,7%	-18,3%
IPCA	400.680	387.522	376.023	3,4%	6,6%
Outros	232	164	-	41,5%	-
Custos e encargos antecipados	(8.432)	(9.421)	(12.615)	-10,5%	-33,2%
<b>Total</b>	<b>3.098.442</b>	<b>2.962.623</b>	<b>2.788.542</b>	<b>4,6%</b>	<b>11,1%</b>

### Ônus Fixo pago ao Poder Concedente

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao Poder Concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 4T11, o montante pago foi correspondente a R\$ 15,5 milhões. No ano de 2011, as concessionárias estaduais pagaram ao Poder Concedente R\$ 59,4 milhões a título de ônus fixo.

Ônus Fixo Pago - Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	4T11	3T11	4T10	Var% 4T11/3T11	Var% 4T11/4T10	2.011	2.010	Var% 2011/2010
<b>Total</b>	<b>(15.545)</b>	<b>(15.546)</b>	<b>(14.163)</b>	<b>0,0%</b>	<b>9,8%</b>	<b>(59.418)</b>	<b>(55.516)</b>	<b>7,0%</b>
Autovias	(1.636)	(1.637)	(1.491)	-0,1%	9,7%	(6.256)	(5.845)	7,0%
Centrovias	(2.448)	(2.448)	(2.231)	0,0%	9,7%	(9.358)	(8.746)	7,0%
Intervias	(1.524)	(1.524)	(1.389)	0,0%	9,7%	(5.825)	(5.443)	7,0%
Vianorte	(9.937)	(9.937)	(9.052)	0,0%	9,8%	(37.979)	(35.482)	7,0%

Em 31 de dezembro de 2011, o valor nominal e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Concessionárias	Valor Nominal (R\$ Mil)			Parcelas Mensais
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Autovias	6.603	37.740	44.343	80
Centrovias	9.881	53.976	63.857	77
Intervias	6.149	43.926	50.075	97
Vianorte	40.086	208.873	248.959	74
<b>Total</b>	<b>62.719</b>	<b>344.515</b>	<b>407.234</b>	

### Investimentos e Manutenção de Rodovias

As concessionárias estaduais e federais desembolsaram no 4T11 R\$ 337,7 milhões com investimentos em ativos imobilizados e intangíveis, e manutenções de rodovias frente aos R\$ 200,5 milhões registrados no 4T10. No acumulado do ano de 2011, este montante totalizou R\$ 1,0 bilhão com aumento de 39,0% em relação aos R\$ 725,5 milhões registrados no ano anterior.

Parte dos recursos foi destinada à obra de duplicação de 59,6 quilômetros da rodovia BR 101/RJ, entre os municípios de Macaé e Campos de Goytacazes, iniciada na segunda quinzena de agosto, logo após a obtenção da licença de instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Nesta primeira fase, serão investidos cerca de R\$ 200 milhões. Ao todo, o projeto prevê a duplicação de 176,6 quilômetros.

Outro ponto de destaque do trimestre foi a liberação da licença para a construção da segunda etapa do Contorno de Betim (MG), via com aproximadamente 9 quilômetros de extensão, sob a responsabilidade da Autopista Fernão Dias. A ligação das duas extremidades da rodovia possibilitará a criação de alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância. O projeto prevê investimentos totais da ordem de R\$ 35,0 milhões. As obras tiveram início no mês de outubro.

Neste período, também foi dado prosseguimento às obras de construção dos trechos inicial e final da segunda pista da Serra do Cafezal (BR 116/SP), com 11 quilômetros de extensão, na altura dos municípios de Jucituba e Miracatu. Ao todo serão duplicados 30 quilômetros

de rodovia. A liberação da licença relativa ao trecho central depende da conclusão da análise realizada pelo órgão ambiental. A Autopista Régis Bittencourt e a OHL Brasil enviarão seus melhores esforços para o atendimento de qualquer solicitação adicional durante o processo. No total, serão investidos aproximadamente R\$ 560,0 milhões neste projeto.

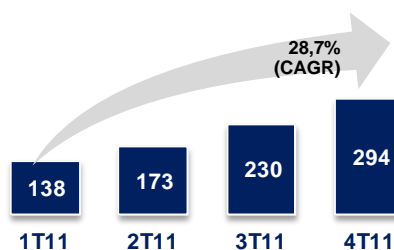
Cabe ressaltar que, no dia 28 de outubro de 2011, o governo federal publicou no Diário Oficial da União portarias que estabelecem regras mais claras para o licenciamento ambiental federal. As mudanças contribuirão para a redução dos prazos de análise por parte do órgão ambiental, bem como para a redução dos custos com licenciamento.

Em outubro também foi iniciada a duplicação de 25 quilômetros da BR-116, entre Curitiba e Mandirituba, trecho administrado pela Autopista Planalto Sul, após a liberação da licença de instalação pelo IBAMA. Serão investidos R\$ 62,4 milhões nas obras.

A aplicação destes recursos está em linha com os objetivos do programa de concessão das empresas do Grupo OHL Brasil de forma a permitir o aumento da fluidez do tráfego e, sobretudo, a redução do número de acidentes nas rodovias administradas.

No exercício de 2011 vale destacar a aceleração dos investimentos nas concessões federais nos últimos trimestres, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

**Investimentos em Ativos Intangíveis e Imobilizados - Concessionárias Federais (R\$ milhões)**



A OHL informa que desde 2008, já realizou investimentos no valor de R\$ 2,5 bilhões apenas nas concessionárias federais. A companhia estima investir em 2012 mais R\$ 1,2 bilhão nas concessões federais e R\$ 50,0 milhões nas concessões estaduais.

Por fim, no 4T11, as concessionárias estaduais desembolsaram, como pagamento de manutenções realizadas, R\$ 39,5 milhões. No ano de 2011, o total pago foi de R\$ 131,2 milhões. É importante destacar que por se tratarem de concessões em período inicial, as concessionárias federais não apresentam desembolso de caixa referente a manutenção. Os primeiros desembolsos significativos com manutenção estão previstos para o ano de 2016.

A seguir quadro detalhado dos investimentos em ativos intangíveis e imobilizados e manutenções realizadas por concessionária:

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	4T11			2011		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS		Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	16.668	2.132	14.536	32.246	4.563	27.683
Centrovias	1.517	(4.943)	6.460	35.142	10.832	24.310
Intervias	13.130	3.112	10.018	53.101	9.979	43.122
Vianorte	9.595	1.143	8.452	41.690	5.617	36.073
<b>Estaduais</b>	<b>40.910</b>	<b>1.444</b>	<b>39.466</b>	<b>162.179</b>	<b>30.991</b>	<b>131.188</b>
Planalto Sul	45.926	45.926	-	117.891	117.891	-
Fluminense	35.410	35.410	-	97.656	97.656	-
Fernão Dias	70.090	70.090	-	205.059	205.059	-
Régis Bittencourt	86.774	86.774	-	261.221	261.221	-
Litoral Sul	56.064	56.064	-	153.160	153.160	-
<b>Federais</b>	<b>294.264</b>	<b>294.264</b>	<b>-</b>	<b>834.987</b>	<b>834.987</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>335.174</b>	<b>295.708</b>	<b>39.466</b>	<b>997.166</b>	<b>865.978</b>	<b>131.188</b>
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	2.551	2.551	-	10.734	10.734	-
<b>Total</b>	<b>337.725</b>	<b>298.259</b>	<b>39.466</b>	<b>1.007.900</b>	<b>876.712</b>	<b>131.188</b>

## Quadro de Pessoal

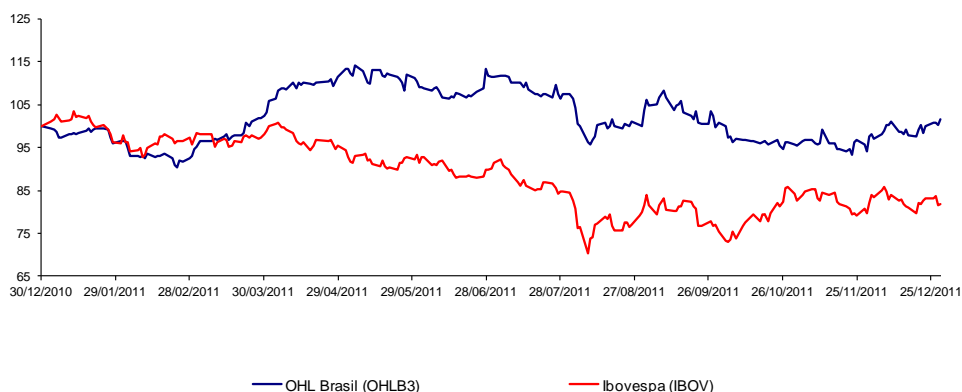
Como resultado do incremento da operação e aprimoramento da qualidade dos serviços prestados no ano de 2011, o quadro de funcionários cresceu 16,7% em relação ao ano anterior, saindo de um total de 5.306, para 6.191 funcionários.

Quadro de Pessoal	4T11	3T11	4T10	Var. 4T11/3T11	Var. 4T11/4T10
OHL (Holding)	117	109	103	8	14
<i>Concessionárias Estaduais</i>	1.321	1.335	1.302	(14)	19
Autovias	205	204	193	1	12
Centrovias	315	326	328	(11)	(13)
Intervias	562	566	542	(4)	20
Vianorte	239	239	239	-	-
<i>Concessionárias Federais</i>	2.137	2.161	2.031	(24)	106
Litoral Sul	288	289	302	(1)	(14)
Planalto Sul	184	185	152	(1)	32
Fluminense	249	256	234	(7)	15
Fernão Dias	873	888	809	(15)	64
Régis Bittencourt	543	543	534	-	9
Paulista	270	249	203	21	67
Latina Manutenção	2.170	1.973	1.491	197	679
Latina Sinalização	176	178	176	(2)	-
<b>Total</b>	<b>6.191</b>	<b>6.005</b>	<b>5.306</b>	<b>186</b>	<b>885</b>

## Mercado de Capitais

O valor de mercado da OHL Brasil, ao final do ano, totalizou R\$ 4,2 bilhões, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 61,00 por ação em 29/12/2011. Esse preço corresponde a uma valorização de 1,68% em relação ao preço de fechamento do ano anterior. No mesmo período, o Índice Ibovespa apresentou desvalorização de 18,11%. Negociadas sob o código OHLB3, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e movimentaram cerca de R\$ 1,4 bilhão no ano.

**Evolução das Ações OHLB3 X Ibovespa (Base 100)**

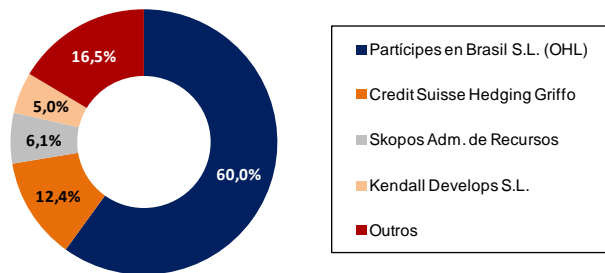


Média Diária	4T11	3T11	4T10	Var% 4T11/3T11	Var% 4T11/4T10
Nº de Negócios	260	283	224	-8,1%	16,1%
Nº de Ações Negociadas	89.196	88.638	100.813	0,6%	-11,5%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	5,63	5,54	5,86	1,6%	-3,9%

### Composição Acionária

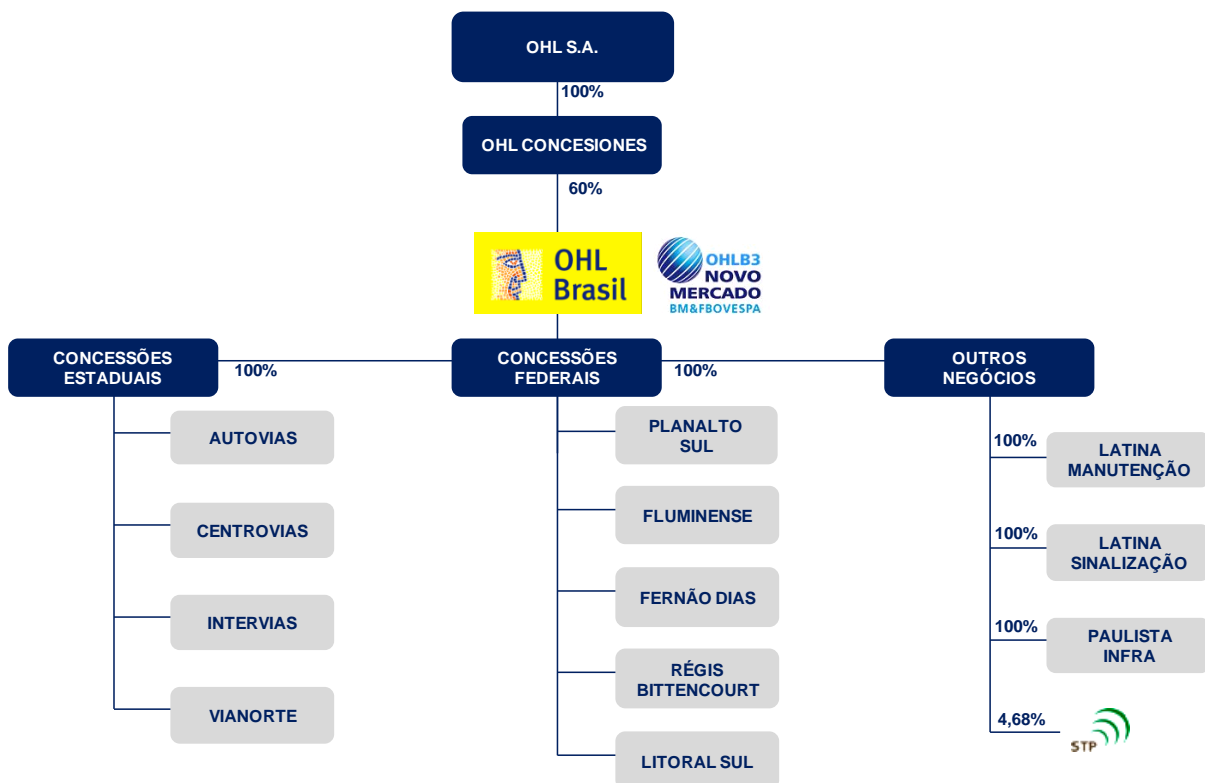
As ações da OHL, fazem parte das carteiras teóricas dos índices: IGC – Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada, ITAG – Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado e SMLL – Índice *Small Cap*.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 592,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, representado por uma única classe de 68.888.888 ações ordinárias.



Data Base: 31/12/2011

### Estrutura Societária



## Carteira de Ativos da Concessão

Abaixo apresentamos as principais informações acerca da carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final do Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
<b>Estaduais</b>					
Autovias	316,6	5	Aug-18	Aug-18	IGP-M*
Centrovias	218,2	5	Jun-18	Jun-19	IGP-M*
Intervias	375,7	9	Feb-20	Jan-28	IGP-M*
Vianorte	236,6	4	Mar-18	Mar-18	IGP-M*
<b>Federais</b>					
Planalto Sul	412,7	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fluminense	320,1	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fernão Dias	562,1	8	n.a.	Feb-33	IPCA
Régis Bittencourt	401,6	6	n.a.	Feb-33	IPCA
Litoral Sul	382,3	5	n.a.	Feb-33	IPCA

\* A partir de 01 de julho de 2012, as tarifas das concessionárias estaduais serão reajustadas de acordo com o IPCA.

## Perfil Corporativo

A OHL Brasil S.A. é uma das maiores companhias do setor de concessões de rodovias do Brasil em quilômetros administrados, com 3.226 Km em operação. Através de suas 9 concessionárias, a OHL Brasil administra rodovias localizadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Atualmente, detém 100% do capital das seguintes concessões estaduais: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte; e das concessões federais: Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Fluminense.

A Companhia é uma empresa brasileira com 60,0% do seu controle detido pela OHL Concesiones, sociedade espanhola que desenvolve desde novembro de 2000 atividades na área de promoção de infra-estrutura (portos, aeroportos, rodovias e ferrovias), incluindo a seleção de projetos, participação em licitações, financiamento, construção e operação dos mesmos. Atualmente, a OHL Concesiones, além de ser acionista majoritária da OHL Brasil, administra diversas sociedades concessionárias de rodovias na Espanha, Chile, Peru, México e Argentina. A OHL Concesiones é subsidiária integral da OHL S.A. empresa espanhola do setor de construção e concessão e uma das líderes desses setores. Fundada há 98 anos e estabelecida atualmente em 21 países, a OHL S.A está listada na Bolsa de Madri desde 1991.

Para maiores informações acesse:

[www.ohlbrasil.com.br](http://www.ohlbrasil.com.br)

*Este comunicado contém considerações futuras referentes a perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e de crescimento da OHL Brasil. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da OHL Brasil em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.*

ANEXO 1

**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**

<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS</b>			
<b>(Em milhares de reais)</b>			
<b>ATIVO</b>	<b>31/12/11</b>	<b>30/09/11</b>	<b>31/12/10</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.178.454	1.250.731	1.168.288
Contas a receber	99.159	87.450	84.428
Contas a receber - partes relacionadas	94	327	89
Estoques	9.540	7.408	2.819
Despesas antecipadas	6.294	11.707	5.702
Impostos a recuperar	25.992	26.191	24.680
Aplicações financeiras vinculadas	67.132	72.199	96.875
Outros créditos	3.668	3.693	4.797
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.390.333</b>	<b>1.459.706</b>	<b>1.387.678</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	56.037	28.873	301
Cauções contratuais	100	100	97
Despesas antecipadas	31	38	162
Imposto de renda e contribuição social diferidos	100.651	98.318	88.151
Depósitos judiciais	14.603	15.385	14.290
Outras contas a receber	128	44	51
Investimentos	1.053	1.053	1.053
Imobilizado	52.617	52.216	48.114
Intangível	3.934.726	3.692.629	3.281.580
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>4.159.946</b>	<b>3.888.656</b>	<b>3.433.799</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>5.550.279</b>	<b>5.348.362</b>	<b>4.821.477</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	59.211	191.756	938.278
Debêntures	367.121	360.261	296.085
Fornecedores	113.541	99.607	71.124
Obrigações sociais	49.240	52.884	40.810
Obrigações fiscais	63.190	75.030	50.444
Contas a pagar - partes relacionadas	932	938	816
Cauções contratuais	35.556	31.378	24.397
Dividendos propostos	17.809	-	68.650
Credores pela concessão	64.096	64.009	59.639
Provisão para manutenção em rodovias	37.796	43.241	38.990
Provisão para investimentos em rodovias	58.535	48.474	9.474
Adiantamento seguros	72.154	27.406	26.679
Outras contas a pagar	6.299	21.959	11.912
<b>Total do circulante</b>	<b>945.480</b>	<b>1.016.943</b>	<b>1.637.298</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	1.471.136	1.131.557	42.758
Debêntures	1.200.974	1.279.049	1.511.421
Credores pela concessão	287.196	295.957	316.066
Receita diferida	384	672	501
Imposto de renda e contribuição social diferidos	46.198	41.412	28.402
Provisão para manutenção em rodovias	183.124	169.683	124.331
Provisão para investimentos em rodovias	6.575	16.251	54.840
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	5.656	5.053	10.218
Outras contas a pagar	5.105	5.337	8.861
<b>Total do exigível a longo prazo</b>	<b>3.206.348</b>	<b>2.944.971</b>	<b>2.097.398</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	592.124	592.124	549.083
Reserva legal	60.614	41.093	41.093
Reserva de lucros	767.984	775.502	518.876
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	(22.271)	(22.271)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.398.451</b>	<b>1.386.448</b>	<b>1.086.781</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>5.550.279</b>	<b>5.348.362</b>	<b>4.821.477</b>

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

### ANEXO 2

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS								
(Em milhares de reais)								
	4T11	3T11	4T10	Var% 4T11/3T11	Var% 4T11/4T10	2011	2010	Var% 2011/2010
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>827.692</b>	<b>787.472</b>	<b>627.534</b>	<b>5,1%</b>	<b>31,9%</b>	<b>2.899.626</b>	<b>2.342.622</b>	<b>23,8%</b>
Receitas de pedágio	504.062	506.535	443.857	-0,5%	13,6%	1.898.802	1.631.185	16,4%
<b>Estaduais</b>	<b>290.022</b>	<b>299.398</b>	<b>256.732</b>	<b>-3,1%</b>	<b>13,0%</b>	<b>1.080.930</b>	<b>971.562</b>	<b>11,3%</b>
Autovias	71.296	73.857	64.148	-3,5%	11,1%	268.494	243.855	10,1%
Centrovias	73.131	74.534	63.775	-1,9%	14,7%	269.464	238.606	12,9%
Intervias	80.064	83.971	71.326	-4,7%	12,3%	300.062	272.631	10,1%
Vianorte	65.531	67.036	57.483	-2,2%	14,0%	242.910	216.470	12,2%
<b>Federais</b>	<b>214.040</b>	<b>207.137</b>	<b>187.125</b>	<b>3,3%</b>	<b>14,4%</b>	<b>817.872</b>	<b>659.623</b>	<b>24,0%</b>
Planalto Sul	22.146	21.125	20.393	4,8%	8,6%	86.905	77.603	12,0%
Fluminense	33.879	33.369	31.709	1,5%	6,8%	130.149	112.701	15,5%
Fernão Dias	52.430	51.526	42.904	1,8%	22,2%	199.693	134.928	48,0%
Régis Bittencourt	63.695	61.561	54.761	3,5%	16,3%	244.472	204.238	19,7%
Litoral Sul	41.890	39.556	37.358	5,9%	12,1%	156.653	130.153	20,4%
Outras receitas	24.341	24.661	25.092	-1,3%	-3,0%	104.591	93.610	11,7%
Receitas de obras	299.289	256.277	158.585	16,8%	88,7%	896.233	617.827	45,1%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(49.946)</b>	<b>(50.191)</b>	<b>(42.985)</b>	<b>-0,5%</b>	<b>16,2%</b>	<b>(187.506)</b>	<b>(158.094)</b>	<b>18,6%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>777.746</b>	<b>737.282</b>	<b>584.549</b>	<b>5,5%</b>	<b>33,1%</b>	<b>2.712.120</b>	<b>2.184.529</b>	<b>24,2%</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>(521.804)</b>	<b>(456.181)</b>	<b>(385.582)</b>	<b>14,4%</b>	<b>35,3%</b>	<b>(1.751.798)</b>	<b>(1.385.738)</b>	<b>26,4%</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>255.942</b>	<b>281.101</b>	<b>198.967</b>	<b>-8,9%</b>	<b>28,6%</b>	<b>960.322</b>	<b>798.791</b>	<b>20,2%</b>
<b>DESPESAS (RECETAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(42.967)</b>	<b>(36.502)</b>	<b>(38.949)</b>	<b>17,7%</b>	<b>10,3%</b>	<b>(152.167)</b>	<b>(146.042)</b>	<b>4,2%</b>
Gerais e administrativas	(45.327)	(33.583)	(36.786)	35,0%	23,2%	(150.599)	(130.416)	15,5%
Remuneração da administração	(2.835)	(3.307)	(3.738)	-14,3%	-24,2%	(12.443)	(12.526)	-0,7%
Despesas tributárias	(831)	(719)	(289)	15,6%	187,5%	(2.747)	(2.199)	24,9%
Amortização do ágio em investimentos	-	-	-	-	-	-	(6.101)	-
Outras receitas operacionais, líquidas	6.026	1.107	1.865	444,4%	223,2%	13.622	5.200	162,0%
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(56.046)</b>	<b>(38.900)</b>	<b>(61.088)</b>	<b>44,1%</b>	<b>-8,3%</b>	<b>(207.209)</b>	<b>(217.898)</b>	<b>-4,9%</b>
<b>LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>156.929</b>	<b>205.699</b>	<b>98.931</b>	<b>-23,7%</b>	<b>58,6%</b>	<b>600.946</b>	<b>434.851</b>	<b>38,2%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(52.200)</b>	<b>(67.278)</b>	<b>(20.889)</b>	<b>-22,4%</b>	<b>149,9%</b>	<b>(196.550)</b>	<b>(130.602)</b>	<b>50,5%</b>
Corrente	(49.751)	(63.760)	(39.657)	-22,0%	25,5%	(191.254)	(147.243)	29,9%
Diferido	(2.449)	(3.518)	18.768	-30,4%	-113,0%	(5.296)	16.641	-131,8%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>104.729</b>	<b>138.421</b>	<b>78.043</b>	<b>-24,3%</b>	<b>34,2%</b>	<b>404.396</b>	<b>304.249</b>	<b>32,9%</b>

## ANEXO 3

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO</b>		
(Em milhares de reais)		
	31/12/11	31/12/10
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>404.396</b>	<b>304.249</b>
Ajustes para conciliar lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	203.972	175.359
Amortização de ágio em investimentos	-	6.101
Baixas de ativos imobilizados	33.888	1.879
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.296	(16.641)
Variação monetária e juros sobre credores da concessão	34.683	55.148
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(11.700)	(4.454)
Juros e variações monetárias de empréstimos	70.712	111.627
Juros e variações monetárias de debêntures	226.395	114.274
Despesas financeira AVP	1.779	7.780
Constituição (reversão) de provisão p/ riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.705)	3.061
Constituição (reversão) de provisão p/ manutenção	58.083	15.569
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(14.731)	(20.287)
Contas a receber - partes relacionadas	(3)	(2)
Estoques	(6.531)	(540)
Despesas antecipadas	(461)	1.408
Impostos a recuperar	1.163	(8.686)
Adiantamentos para novos projetos	-	256
Outros créditos	1.127	(1.820)
Cauções contratuais	(3)	1
Depósitos judiciais	(313)	(3.630)
Outras contas a receber	(77)	21
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	54.599	(14.408)
Fornecedores - partes relacionadas	63	(79)
Cauções contratuais	3.938	3.986
Obrigações sociais	8.272	7.452
Obrigações fiscais	135.446	1.665
Imposto de renda e contribuição social pagos	(124.290)	-
Receita diferida	(117)	49
Adiantamentos para seguros	45.473	-
Outras contas a pagar	(9.369)	34.920
Credores pela concessão	322	304
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(2.857)	(211)
Pagamento de juros	(85.407)	(79.979)
Outros passivos	(880)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>1.031.163</b>	<b>694.372</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de itens do ativo imobilizado	(16.381)	(9.203)
Adições ao intangível	(860.331)	(589.078)
Aplicações financeiras vinculadas	(408.906)	(182.686)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	392.138	94.517
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(893.480)</b>	<b>(686.450)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Captações		
Empréstimos e financiamentos	773.596	187.461
Emissão de Debêntures	-	1.781.369
Pagamento de juros e principal	(698.181)	(1.153.306)
Pagamento de credores pela concessão	(59.418)	(55.517)
Pagamento de dividendos	(143.514)	(41.833)
<b>CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(127.517)</b>	<b>718.174</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>10.166</b>	<b>726.096</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>1.168.288</b>	<b>442.192</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>1.178.454</b>	<b>1.168.288</b>

## GLOSSÁRIO

**Concessionárias Estaduais:** Sociedades de Propósito Específico, criadas pelas vencedoras das Licitações, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a manutenção, conservação e operação de Concessão de Rodovias Estaduais e que tem como agência reguladora a ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo). A OHL Brasil administra atualmente 4 Concessionárias Estaduais em São Paulo (Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte).

**Concessionárias Federais:** Sociedades de Propósito Específico, criadas pela vencedora da Licitação, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a exploração da Concessão de Rodovias Federais e que tem como agência reguladora a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A OHL Brasil administra atualmente 5 concessionárias Federais no Brasil (Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Litoral Sul).

**Veículos-Equivalentes:** A unidade veículo-equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio. Um automóvel de passeio é considerado um veículo-equivalente e um veículo comercial (caminhão ou ônibus) é computado pelo número de eixos possuído, sendo cada um deles contado como um veículo de passeio. Um veículo de passeio equivale a um eixo de veículo comercial.

**Pedágio por Meio Eletrônico/Sistema AVI:** O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias pedagiadas. Os motoristas que aderem ao sistema AVI instalam um sensor eletrônico no pára-brisa, que os identifica e reconhece a categoria de veículos que dirigem. Ao passar por uma pista com sistema AVI na praça de pedágio, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo.

**Reajuste de Tarifas:** Conforme estabelecido nos contratos de concessão do Estado de São Paulo, as tarifas de pedágio são reajustadas sempre no mês de julho com base na variação de 12 meses do IGP-M ocorrida até 31 de maio. A partir do reajuste a ser realizado no dia 1 de julho de 2012 o IGP-M será substituído pelo IPCA como base de reajuste. Os desequilíbrios econômico-financeiros provenientes da alteração do indexador serão avaliados bianualmente e reequilibrados com o tempo de contrato. Já os reajustes nas tarifas das concessões federais ocorrerão com base na variação do IPCA, calculado pelo IBGE, entre o mês anterior a data de referência na apresentação da proposta de tarifa, ou seja, junho de 2007, e o mês anterior à data de início de cobrança de pedágios. Após esse primeiro reajuste, os demais ocorrerão anualmente também pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses a contar do último reajuste.

**Custos com o Poder Concedente:** São pagamentos pré definidos nos contratos de concessão. Esses custos são compostos por: despesas com o 'Ônus Variável' relativos as concessionárias estaduais, que correspondem a 3% da Receita Bruta nas Concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte, e 3% da Receita de Pedágio acrescido de 25% da Receita Acessória; e por gastos com 'Verba de Fiscalização' e 'Desenvolvimento Tecnológico' nas concessionárias federais, que são reajustadas pelo IPCA anualmente.

**Ônus Fixo:** De acordo com os nossos contratos de concessão, as Concessionárias Estaduais devem pagar ao Poder Concedente um ônus fixo como contrapartida pela outorga da concessão. Estes contratos estabelecem também que o valor de tal ônus fixo deve ser pago em parcelas mensais ao longo do prazo de concessão. Optamos por contabilizar no nosso ativo o valor da outorga da concessão e no nosso passivo o total da dívida a pagar ao poder concedente pelo ônus fixo.

**Atualização Monetária do Ônus Fixo:** Os contratos de concessão entre as Concessionárias Estaduais e o Poder Concedente estabelecem o reajuste pelo IGP-M dos pagamentos mensais do ônus fixo, com vencimento a partir do décimo segundo mês a contar de cada 1º de julho, data na qual também se reajusta pelo mesmo índice a tarifa dos pedágios.

**Grau de Alavancagem:** A metodologia utilizada para determinar o grau de alavancagem leva em conta a relação Dívida Líquida (Dívida Bruta menos Disponibilidades e Caixa) dividido pelo EBITDA Ajustado pela reversão da provisão para manutenção, menos Pagamento do Ônus Fixo, constante no fluxo de caixa. Quanto menor for o grau de alavancagem maior poderá ser o montante de capital a ser financiado junto ao mercado de crédito.

**Ajuste a Valor Presente (AVP):** Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Complementarmente a esse processo, a CVM, por meio da Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, orientou as companhias abertas a respeito da divulgação e do registro contábil de determinadas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Entre as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, que impactam às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, está a obrigatoriedade da avaliação de ativos e passivos relevantes de longo prazo, tais como "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente", ao valor presente (Ajuste ao Valor Presente). Anteriormente a Companhia registrava o "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" pelo valor nominal.

Os efeitos dos ajustes ao valor presente ocorridos até 31/12/2007 das rubricas "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia em 2008. A partir de 01/01/2008 os efeitos dos ajustes ao valor presente passaram a ser contabilizados diretamente nos resultados trimestrais.